

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2008
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

Atendendo ao disposto no Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, apresentamos o Anexo de Riscos Fiscais, contendo avaliação de passivos contingentes e de outros riscos fiscais, capazes de afetar as Contas Públicas e elencamos providências na hipótese de sua concretização.

A situação apresentada no Anexo de Riscos Fiscais referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 diverge muito pouco com relação ao cenário projetado para o ano de 2008.

Inicialmente é conveniente lembrarmos o conceito acerca de passivos contingentes e outros riscos fiscais. Segundo definição: passivo contingente é uma obrigação provável cuja exigência depende de condições futuras relativas a aspectos legais¹. Existem inúmeras situações que podem ser caracterizadas como riscos fiscais, quais sejam: possibilidade de ter que honrar garantia concedida; indenização por cancelamento de contrato; pagamento de passivos trabalhistas; realização de despesas por conta de decisões judiciais; mudanças na legislação que possam representar aumento não previsto de despesa etc¹.

Os riscos que dizem respeito à possibilidade de as receitas previstas não se confirmarem, ensejando a ocorrência de desvios entre receitas e despesas orçadas, durante a execução orçamentária.

Nesse caso, podemos mencionar, como exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, resultando em desvios entre os parâmetros estimados e realizados.

As tabelas a seguir demonstram a arrecadação e a variação nominal referentes às Receitas Totais e Tributárias nos exercícios de 2005 e 2006. Verificamos que o resultado é crescente e com variações acima dos níveis de inflação, evidenciando eficiência na arrecadação distrital.

EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL ARRECADADA

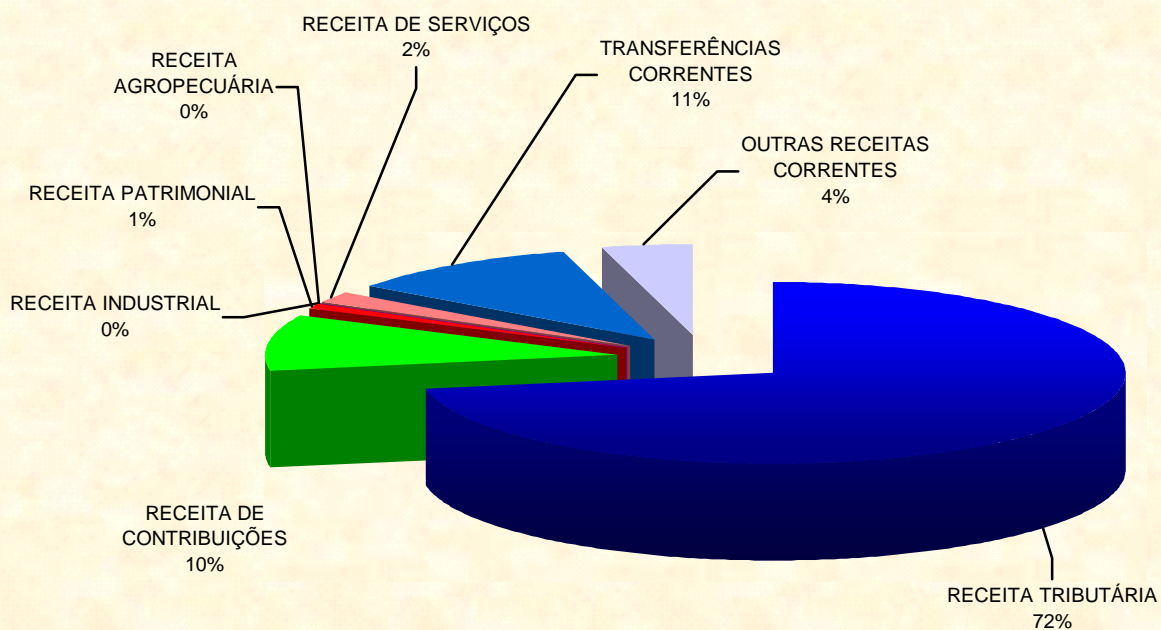
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO 2005	REALIZADO 2006	% 2006/2005
RECEITAS CORRENTES	6.745.777.214,78	7.680.316.360,56	13,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.790.379.225,42	5.552.654.882,62	15,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	645.197.205,88	769.686.267,32	19,29
RECEITA PATRIMONIAL	58.539.742,66	66.217.745,70	13,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	51.877,45	56.773,68	9,43
RECEITA INDUSTRIAL	1.112.371,77	1.216.199,29	9,33
RECEITA DE SERVIÇOS	239.862.558,47	145.319.699,71	-39,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	712.654.978,88	821.320.650,45	15,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	299.678.259,86	325.193.562,71	8,51

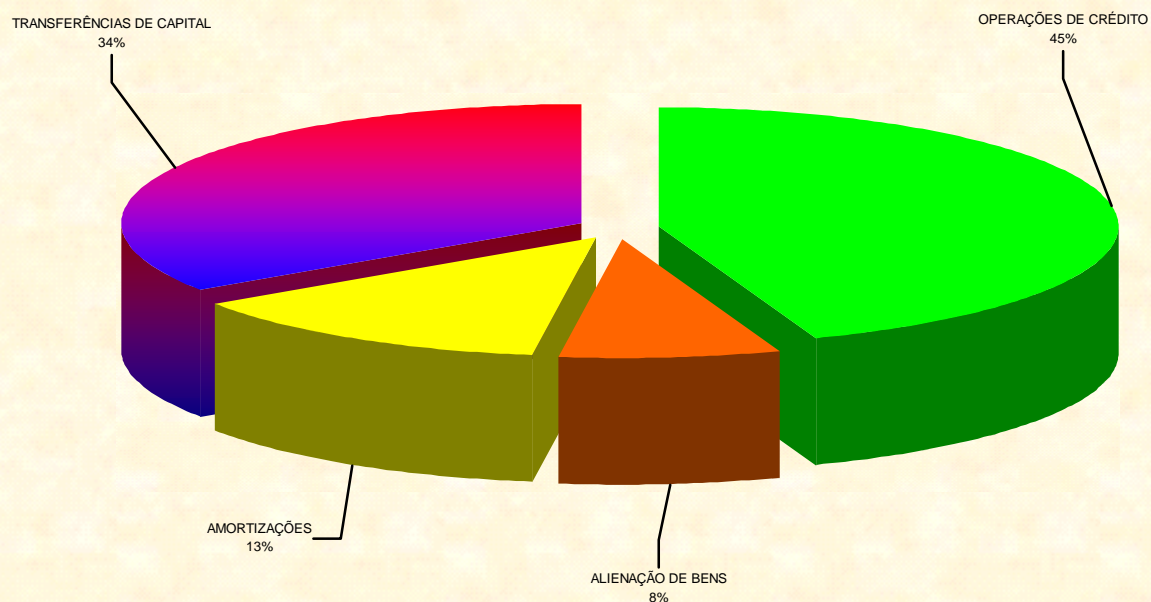
RECEITAS DE CAPITAL	116.854.186,25	201.796.780,31	72,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	42.135.875,05	89.001.868,32	111,25
ALIENAÇÃO DE BENS	3.394.924,74	15.441.274,79	354,83
AMORTIZAÇÕES	11.568.352,71	26.977.974,00	133,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	59.755.033,75	69.504.529,84	16,31
TOTAL	6.862.631.401,03	7.882.113.140,87	14,85

Fonte: Balanço geral de 2006

RECEITAS CORRENTES REALIZADAS 2006



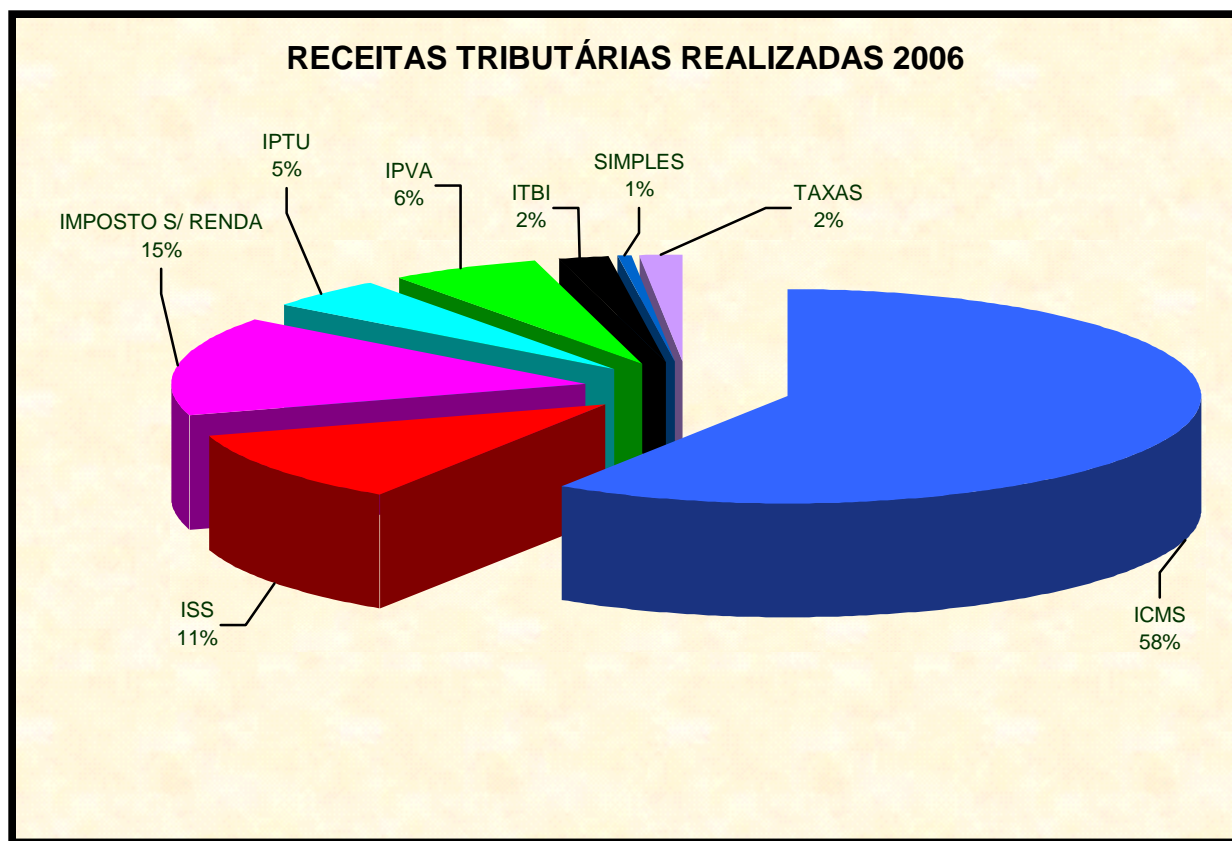
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS 2006



RECEITA TRIBUTARIA	4.790.579.225	5.552.654.882	15,91
ICMS	2.906.600.539	3.290.372.834	13,20
ISS	555.279.474	607.776.273,30	9,45
IMPOSTO S/ RENDA	631.819.070	841.159.469	33,13
IPTU	235.883.233	257.601.482	9,21
IPVA	266.011.562	318.722.226	19,82

ITBI	83.154.061	106.498.616	28,07
SIMPLES	38.632.389	41.542.325	7,53
TAXAS	72.998.893	88.981.655	21,89

Fonte: Balanço geral de 2006



O serviço da dívida fundada interna e externa, em 2006 foi no valor de R\$ 176 milhões, no qual estende até 2029, apresenta constante nos anos de 2007 a 2011, sendo influenciados só pelas alterações das cotações das moedas e em função dos empréstimos obtidos junto ao BID para Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal, BIRD para Programa Brasília Sustentável – Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF, e a Caixa, com aplicação em PRÓ-SANEAMENTO, com Drenagem Urbana de Águas Pluviais em várias localidades do DF, Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Águas Lindas e Adjacências, retomando trajetória de decréscimo a partir de 2012, conforme projeções no quadro demonstrado a seguir:

R\$ Mil			
ATUAL	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2007	82.807	109.938	192.745
2008	87.585	110.723	198.308
2009	90.096	107.181	197.277
2010	97.397	101.479	198.876
2011	104.843	94.054	198.897
2012	99.811	85.920	185.732
2013	80.640	79.773	160.413
2014	83.444	74.494	157.938
2015	74.082	69.177	143.259
2016	77.245	64.233	141.479

Obs: Valores a preços de dezembro 2006

O estoque da Dívida Fundada em 2006 por credor se manteve constante em relação aos exercícios anteriores. A União (STN) é credora de 76,95%, o BNDES de 13,34%, a Caixa de 9,61% e o Banco do Brasil e a FINEP apresentaram inferior a 0,10%.

R\$ Milhões

	2002	2003	2004	2005	2006
STN - Price	817,8	866,5	953,3	947,3	963,7
BNDES	246,3	232,7	213,6	192,7	167,1
BB / FINEP	3,4	2,9	2,5	1,5	1,3
CAIXA	44,5	42,5	39,9	64,8	120,3
TOTAL	1.112,0	1.144,6	1.209,3	1.206,3	1.252,4

Obs: valores a preços de dezembro 2006.

A Dívida Fundada Externa refere-se a quatro contratos, sendo três contraídas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e um junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, que foi assinado em 23 de fevereiro de 2006. Em 2006 houve continuidade de liberação do Contrato n.º 1.288/OC-BR – Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal, quanto ao novo contrato, não ocorreu liberação significativa, mas houve um decréscimo no estoque mesmo ocorrendo às liberações, devido à queda da moeda americana (dólar).

R\$ Milhões					
CREDOR	2002	2003	2004	2005	2006
BID	421,8	378,3	384,9	336,9	319,5
BIRD	-	-	-	-	0,3
TOTAL	421,8	378,3	384,9	336,9	319,8

Obs: valores a preços de dezembro de 2006

Em 2006, as despesas com amortização da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta não incluída o IDHAB) foram de R\$ 50,8 milhões; com juros e encargos, cerca de R\$ 88,7 milhões; perfazendo um total de R\$ 139, 5 milhões.

R\$ Milhões										
	2002		2003		2004		2005		2006	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	55,3	49,8	53,0	47,3	13,5	52,1	15,6	55,1	19,1	58,0
Price	8,6	38,5	10,2	43,0	13,5	52,1	15,6	55,1	19,1	58,0
Conta Gráfica	46,7	11,3	42,8	4,3	-	-	-	-	-	-
BNDES	23,8	31,2	24,8	29,4	25,9	27,7	27,1	26,0	28,9	21,0
CAIXA	0,6	2,4	0,7	2,7	1,8	2,5	2,6	2,4	2,5	9,6
FINEP/BB	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1
TOTAL	78,8	79,2	40,5	82,5	44,9	83,7	48,7	84,2	50,8	88,7

Obs: valores correntes nos respectivos anos

Com uma Receita Corrente Líquida que atingiu o valor de R\$ 6.969 milhões em 2006, representando um crescimento nominal de 13,33% com relação à Receita Corrente Líquida de 2005 que foi de R\$ 6.149 milhões, aliado a uma estratégia sólida de financiamento da Dívida Pública e considerando que 80% é corrigida com indexadores internos, pode-se constatar que não há grandes riscos associados à dívida distrital.

Outra classe de riscos fiscais é composta pelos precatórios. O termo pode ser conceituado como ofício de requisição de pagamento de quantia devida dirigida à pessoa jurídica de direito público. É uma formalidade exigida para que o Estado efetue o pagamento das suas dívidas judiciais. Sendo um documento que serve para requisitar oficialmente os valores estabelecidos em sentença.

Conceituamos, também, Requisição de Pequeno Valor sendo uma espécie de requisição de pagamento de determinada quantia em que a Fazenda Pública foi condenada em processo judicial, para valores totais até 40 salários mínimos por beneficiário.

O Governo do Distrito Federal paga diretamente os débitos de pequeno valor, os quais nos termos do § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, não estão sujeitos a sistemática de precatório. Aqueles que excedam esse valor são pagos através de precatórios precedidos da regular inclusão na Lei Orçamentária anual, por meio de repasse do recurso previsto no orçamento ao Tribunal competente que realiza o pagamento conforme cronograma de entrada dos precatórios.

Desde 2003 o Governo local paga a despesa em tela de acordo com a Lei Complementar nº 666, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o planejamento da gestão orçamentário-financeira de recursos do Distrito Federal visando à aplicação de recursos no pagamento de precatório e requisições de pequeno valor.

No exercício de 2006 foi gasto o valor de R\$ 42.075.745,41 com o pagamento de Precatórios e Requisição de Pequeno Valor. E, em 2007 (até 09/05/07) já foram gastos R\$ 26.008.914,59.

Desta forma, constata-se que existem ações concretas do Governo com relação ao atendimento das despesas referentes a precatórios. Não se configurando em um risco iminente.

Com uma população estimada em 2005 de 2.333² pessoas, o Distrito Federal é considerado a oitava economia do Brasil. É o que mostra pesquisa realizada por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, em conjunto com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Produto Interno Bruto do DF registrou um crescimento expressivo de 1994 a 2003, passando de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 38 bilhões, sendo que em 2004 atingiu o valor de R\$ 43,5 bilhões.

Finalizando, analisando-se o cenário macroeconômico, constata-se que a receita local vem apresentando nos últimos anos desempenho bem acima dos índices de inflação, a dívida pública do Distrito Federal, tanto a de curto prazo quanto à de longo prazo, está sob controle, o processo de pagamento de precatórios está regularizado revelando uma atuação positiva e constante do Governo com a finalidade de pagar suas dívidas e a economia local tem apresentado desempenho satisfatório.

Desta forma, mesmo que ocorra algum tipo de risco o Governo poderá utilizar a Reserva de Contingência no valor de 1% da Receita Corrente Líquida e/ou a limitação de empenhos disposta no Art. 9º da Lei nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

¹ Definição retirada do Guia de Estudo – Lei de Responsabilidade Fiscal (Câmara dos Deputados)

² Dados referente a 2005